

VOTO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator): O cabimento da Reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, “ I ”, da Constituição Federal), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem súmulas vinculantes (art. 103-A, § 3º, da CF).

A doutrina assenta que “ *a reclamação é um misto de ação e recurso, com previsão de possibilidade de medida cautelar* ” (STRECK, Lenio L. *O instituto da reclamação em face das súmulas (não) vinculantes: a visão da Suprema Corte brasileira e as inovações do novo CPC*. In: CAGGIANO, Monica Hermann; LEMBO; Claudio Salvador. ALMEIDA NETO, Manoel Carlos de. *Juiz constitucional: Estado e poder no Século XXI; homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski*; p. 301-317. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 309). Nela se almeja, em suma, o “ *resguardo da autoridade da decisão do STF* ”, vale dizer, garantia da autoridade de sua decisão (ARRUDA ALVIM, Eduardo; THAMAY, Rennan Faria Kruger; GRANADO, Daniel Willian. *Processo Constitucional*. 1º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 217).

Cabe ressaltar que a Reclamação “ *não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual* ” (RCL 4.381 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 22.6.2011).

Em doutrina, critica-se a referência a sucedâneo recursal, eis que “ *os assim chamados sucedâneos recursais têm finalidades distintas às dos recursos* ” e a “ *reclamação não colima a reanálise do decidido, mas sim a observância do que houver sido decidido pelo STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade* ” (ARRUDA ALVIM, Eduardo; THAMAY, Rennan Faria Kruger; GRANADO, Daniel Willian. *Processo Constitucional*. 1º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 220).

Pondero, ainda, que a Corte exige, como pressuposto de cognoscibilidade, **aderência estrita** entre a decisão reclamada e o paradigma invocado, sob pena de conferir-se contorno recursal à via reclamatória, providência fortemente inadmitida por este Tribunal.

Cito, por relevante, trecho de ensinamento doutrinário do em. Ministro Marco Aurélio, em publicação veiculada em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim:

“(…)

Ao lado da preservação da competência, **o exame a ser realizado na reclamação faz-se mediante o cotejo entre o ato impugnado e o paradigma apontado como violado. Não se confunde com a análise recursal, voltada à aferição do acerto, ou não, do entendimento lançado no pronunciamento recorrido. Descabe utilizá-la como sucedâneo de recurso ou, até mesmo, de incidente de uniformização de jurisprudência.**” (A reclamação no Código de Processo Civil de 2015 e a jurisprudência do Supremo. *In* “Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização de jurisprudência” (Coordenadores: Cláudia Elisabete Schwerz Cahali, Cassio Scarpinella Bueno, Bruno Dantas e Rita Dias Nolasco. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 413, *grifei*).

Com efeito, a Suprema Corte impõe, para fins de admissão da Reclamação calcada na inobservância de autoridade de decisão, relação de perfeita aderência entre tais pronunciamentos:

“A aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmas é requisito de admissibilidade da reclamação constitucional” (RCL 27.685 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 1º.12.2017).

“A aderência estrita entre o objeto do ato reclamado e o conteúdo da decisão do STF dotada de efeito vinculante e eficácia *erga omnes* apontada pelo reclamante é requisito para a admissibilidade da reclamação constitucional” (RCL 27.521 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 7.11.2017).

Nesse sentido, acrescento os seguintes precedentes: RCL 4.090 AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 26.5.2017; RCL 26.269 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 26.5.2017; RCL 22.039 ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma,

julgado em 12.5.2017; RCL 25.688 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12.5.2017 e RCL 25.156 AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 7.3.2017.

A partir do requisito atinente à aderência estrita, é possível extrair, a meu juízo, a obrigatoriedade de que o conteúdo do ato impugnado configure desrespeito direto ao anterior pronunciamento da Suprema Corte.

Em outras palavras: exige-se concreta contrariedade no que tange à autoridade do paradigma. Como bem mencionado pelo em. Ministro Marco Aurélio, a Reclamação “ *não se confunde com a análise recursal, voltada à aferição do acerto, ou não, do entendimento lançado no pronunciamento recorrido* ”.

Fixadas essas premissas teóricas, passo ao exame do caso concreto.

Nada obstante os argumentos expostos na manifestação da Procuradoria-Geral da República, entendo cognoscível o pleito formulado pelo ora reclamante, pois delimitada a pretensão no alegado descumprimento, pelo juízo reclamado, da ordem de *habeas corpus* concedida nos autos do HC 193.726, de minha relatoria, em plena conformidade com o que preceitua o art. 102, I, “I”, da Constituição Federal.

O juízo de adequação do ato reclamado ao conteúdo decisório que emana do paradigma é produto da análise do mérito da pretensão deduzida na reclamação, viável no caso diante do preenchimento dos pressupostos de cabimento da ação constitucional.

Sustenta o reclamante que a desconformidade do ato reclamado com a ordem concedida nos autos do HC 193.726 residiria (i) na seleção, pelo juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, dos processos instrumentais ou acessórios que deveriam ser remetidos à Seção Judiciária do Distrito Federal; e (ii) na manutenção da constrição cautelar de seus bens.

Na Ação Penal n. 5063130-17.2016.4.04.7000/PR, a autoridade reclamada, cientificada da ordem concedida no HC n. 193.726, proferiu despacho em 16.3.2021 (Doc. 9) no qual, após breve relato, determinou o encaminhamento dos respectivos autos à Seção Judiciária do Distrito Federal.

Consignou, ainda, que diversos procedimentos relacionados às ações penais deflagradas em desfavor do reclamante são instrumentais a outros

em tramitação perante aquele juízo, razão pela qual, embora não os tenha remetido ao juízo declarado competente, disponibilizou, em favor deste, o compartilhamento integral dos respectivos autos.

Para escorreita compreensão, trago à colação trecho do ato reclamado:

“3. A presente ação penal possui mais de uma centena de processos que a ela são relacionados, constituindo-se em diversos inquéritos, processos de busca e apreensão, quebras de sigilo, exceções penais, incidentes de ilicitude, etc.

Pela acessoriedade, seria o caso de remetê-los conjuntamente à ação penal principal.

Ocorre que vários deles, como é próprio dos maxi processos penais, tal qual a assim denominada Operação Lava Jato, são instrumentais a diversas ações penais.

Para exemplificar, cito o caso do processo 5073475-13.2014.404.7000, no qual, a pedido da autoridade policial e do MPF, foram decretadas buscas e prisões contra diversos investigados, especialmente os vinculados às grandes empreiteiras.

Posteriormente, descobriu-se o grande esquema envolvendo a participação ostensiva das empreiteiras nas sistemáticas fraudes licitatórias em grandes contratos da Petrobras, bem como os demais braços do esquema do clientelismo criminoso instaurado no âmbito da Petrobras.

O aludido feito destina-se não só à instrução da ação penal ora declinada, como à instrução das diversas ações penais instauradas contra os executivos das referidas empreiteiras, como as ações penais 5083258-26.2014.4.04.7000 (Camargo Correa), 5083376-05.2014.4.04.7000 (OAS), 5012331-04.2015.4.04.7000 (Mendes Júnior e Setal Óleo e Gás), 5083401-18.2014.4.04.7000 (Mendes Júnior), 5036518-76.2015.4.04.7000 (Andrade Gutierrez), 5036528-23.2015.4.04.7000 (Odebrecht) e outras.

Os processos que, simultaneamente, destinam-se à instrução de diversas ações penais não serão declinados. Afinal, a sua declinação prejudicaria a regularidade de feitos que ainda tramitam perante esta 13ª Vara Federal de Curitiba.

Mas, para não prejudicar o direito à informação e viabilizar o seu uso no feito declinado, esses processos, na íntegra, ficarão desde logo compartilhados com o Juízo declinado.”

Delineado o contexto em que proferido o despacho reclamado, não se constata ofensa à autoridade da ordem concedida nos autos do HC 193.726, na medida em que, consideradas as peculiaridades das ações penais subjacentes, preserva o efeito material da garantia ao juiz natural.

Com efeito, conforme registrado no ato impugnado, a autoridade reclamada adotou as providências necessárias ao adequado cumprimento da ordem de *habeas corpus* que declarou a competência da Seção Judiciária do Distrito Federal para processar e julgar as ações penais deflagradas em desfavor do reclamante, determinando o encaminhamento dos respectivos autos principais.

No que diz respeito aos procedimentos instrumentais não apenas às ações penais em que denunciado o reclamante, mas a outras em trâmite perante a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, o compartilhamento dos autos com o Juízo declarado competente revela-se medida adequada e proporcional às garantias constitucionais processuais previstas em favor dos respectivos acusados, sem prejudicar a qualidade da jurisdição a ser prestada em cada caso.

Note-se que a autoridade reclamada, ao reproduzir a extensão da ordem de *habeas corpus* concedida no HC 193.726, dispôs tão somente sobre as medidas administrativas a serem adotadas pela Secretaria da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba para o exato cumprimento da aludida decisão, destacando, no entanto, as peculiaridades que envolvem os chamados “ *maxi processos penais* ”.

Em tais casos, é comum que pretensões investigativas ou cautelares deduzidas pela autoridade policial e pelo Ministério Público tenham como alvos diversos investigados, cujo produto revela-se útil ou até mesmo necessário para o exercício da pretensão punitiva ou do direito de defesa em ações penais distintas. É possível, ademais, que os elementos de prova produzidos no procedimento acessório sejam compartilhados com outros processos, mediante decisão fundamentada do juízo competente.

É o que ocorre, por exemplo, nos acordos de colaboração premiada nos quais o agente colaborador, além de revelar a estrutura organizacional, relata múltiplos crimes praticados pelo grupo criminoso do qual é integrante, hipóteses nas quais os respectivos termos de depoimento e elementos de corroboração servirão à instrução de investigações ou ações penais específicas perante os juízos competentes, mas o acordo permanecerá sob a supervisão da autoridade judiciária que o homologou.

Situações processuais como as relatadas, no entanto, não ofendem o devido processo legal, já que as medidas investigativas ou a pretensão punitiva são supervisionadas ou julgadas tão somente pela autoridade judicial competente.

Em outras palavras, a manutenção, no juízo de origem, de autos contendo elementos de prova que interessam aos processos enviados à autoridade judicial declarada competente, mas com estas compartilhados, não revela ofensa às garantias processuais constitucionais dispostas em favor do reclamante.

Aliás, o acesso simultâneo proporcionado pelos processos eletrônicos, como ocorre no caso, afasta eventual prejuízo na manutenção dos autos no juízo de origem, o qual, em razão da incompetência declarada, não poderá praticar qualquer ato que implique em mitigação de garantias fundamentais do reclamante, ao menos em relação às ações penais mencionadas no HC 193.726.

No que toca ao bloqueio de bens pertencentes ao reclamante, sustenta a defesa técnica que a revogação das constrições deveria ser consequência da declaração de incompetência do Juízo reclamado, apontando, por tal razão, descumprimento à ordem concedida nos autos do HC 193.726.

Como cedo, o vício de incompetência territorial reconhecido nos autos do HC 193.726 é de natureza relativa, estando a respectiva sanção de nulidade prevista no art. 567 do Código de Processo Penal restrita aos atos decisórios, admitindo-se a convalidação dos demais.

Nada obstante a carga decisória da qual se reveste o deferimento judicial de medidas assecuratórias ou cautelares penais, é inegável o caráter acessório de tal providência, pois instrumental ao processo de responsabilização criminal que decorre do exercício da pretensão punitiva.

Aliás, as providências de natureza cautelar, dentre as quais se inclui o sequestro de bens, são regidas pela cláusula *rebus sic stantibus*, em função da sua finalidade instrumental, razão pela qual não estão sujeitas ao fenômeno da preclusão e, por isso, podem ser revistas a qualquer momento.

Em hipóteses como a retratada nestes autos, o Supremo Tribunal Federal tem admitido a convalidação de atos de constrição pessoal e patrimonial pela autoridade judiciária declarada competente, quando reconhecido o vício de incompetência de natureza relativa.

Nesse sentido:

PENAL. PROCESSO PENAL. INQUÉRITO. AGRAVOS REGIMENTAIS. DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA DO STF PARA A 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DA REFERIDA VARA FEDERAL. PRECEDENTES. FATOS RELACIONADOS À TRANSPETRO. CRIMES SUPOSTAMENTE COMETIDOS POR PARLAMENTARES NA CIDADE DE BRASÍLIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL. PROVIMENTO DOS AGRAVOS REGIMENTAIS PARA DETERMINAÇÃO DA REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE, PARA SUPERVISÃO DO INQUÉRITO E ANÁLISE SOBRE NULIDADE OU CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS EM CASO DE EVENTUAL RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. 1. O fato de a polícia judiciária ou o Ministério Público Federal denominarem determinadas apurações como fases da Operação Lava Jato, a partir de uma sequência de investigações sobre crimes diversos, não se sobrepõe às normas disciplinadoras de competência. Precedente: INQ 4.130 QO, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 3.2.2016. 2. A competência não pode ser definida a partir de um critério temático e aglutinativo de casos atribuídos aleatoriamente pelos órgãos de persecução e julgamento, como se tudo fizesse parte de um mesmo contexto, independente das peculiaridades de cada situação. 3. A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração da competência. 4. Os elementos de informação trazidos pelo colaborador a respeito de crimes que não sejam conexos ao objeto da investigação primária devem receber o mesmo tratamento conferido à descoberta fortuita ou ao encontro fortuito de provas. 5. A prevenção não é critério primário de determinação da competência, mas sim de sua concentração, tratando-se de regra de aplicação residual. 6. O estabelecimento de um juízo universal para a apuração de desvios envolvendo vantagens indevidas pessoais ou a partidos políticos viola a garantia do juiz natural. 7. No caso em análise, as investigações deflagradas contra os recorrentes estão relacionadas a supostos crimes cometidos no âmbito da Transpetro. Os recorrentes exerciam mandatos parlamentares e os alegados atos ilícitos ocorreram em Brasília. 8. Provimento dos agravos regimentais para reconhecer a competência da Justiça Federal no Distrito Federal, com a determinação da imediata remessa dos autos para supervisão do inquérito e eventual manifestação sobre a nulidade ou convalidação dos atos processuais, em caso de eventual recebimento da denúncia pelo Juízo incompetente. (Pet 8090 AgR,

Rel.: EDSON FACHIN, Rel. p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 8.9.2020)

No mesmo sentido foram as decisões monocráticas proferidas no HC 201.014/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 6.5.2021; RCL 46.389/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 22.4.2021; HC 179.164/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 9.9.2020; HC 184.124/MG, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 30.4.2020; e RCL 36.542/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 3.2.2020.

Não se constata, assim, o alegado descumprimento da ordem concedida nos autos do HC 193.726, tendo em vista o caráter instrumental das medidas assecuratórias decretadas em desfavor do reclamante, cuja necessidade deve ser revista, se for o caso, pela autoridade judicial declarada competente, à luz da cláusula *rebus sic stantibus*, diante da inexistência de provimento jurisdicional terminativo em relação às ações penais subjacentes.

Ante o exposto, **julgo improcedente** a reclamação.

É como voto.

Plenário Virtual - minuta de voto-1937/2020-0000